



O DISCENSO NA REFORMA EDUCACIONAL NA ÁREA DE DESIGN

Regina Célia Santos de Almeida

Introdução

A política educacional instituída a partir dos anos de 1980 fortaleceu o aumento do número de instituições de educação superior (les) particulares, uma vez que facilitava a expansão da educação superior, sem precedentes, com autorização de funcionamento de cursos de graduação de distintas modalidades, contemplando diversos campos do saber.

Adicionalmente, surgiu uma pulverização de denominações de cursos de graduação dificultando a identificação de perfis de formação, sobretudo, impedindo a educação continuada de estudantes brasileiros em outros países em decorrência da falta do reconhecimento dos diplomas de graduação por organismos internacionais. Até o início do corrente ano, foi possível encontrar nos *links* sobre a oferta de cursos do Portal do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), denominações de cursos diferentes da existente no sistema interno de informações acadêmicas de algumas Ifes.

Nesse sentido, observa-se que a legislação instituída para o controle dos cursos ofertados neste nível educacional é insipiente, haja vista a presença de falhas que comprometem as expectativas dos egressos de alguns cursos de graduação de áreas não tradicionais.

As normas para autorização e reconhecimento dos cursos de graduação e das instituições de educação superior (les) são regulamentadas pelo Ministério da educação baseadas na LDB, Lei nº 9394/96 e legislação complementar de regulação e avaliação.

A sistemática de avaliação da educação superior, instituída pelo Ministério da Educação MEC, regulamentada pelo

Decreto Nº 2.026/96, foi alterada pelo Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, dispõe de critérios e procedimentos para a avaliação. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atual processo de avaliação das instituições de educação superior brasileiras foi instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O SINAES coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a quem compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo avaliativo da educação superior, se caracteriza como um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas. Compõe-se de três diferentes processos: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), BRASIL, 2006.

O resultado do ENADE possui uma forte influência das Diretrizes Nacionais Curriculares(DCN) e dos Referenciais Curriculares Nacionais(RCN) dos cursos de Bacharelados e Licenciatura, haja vista o conteúdo das provas do referido exame se basear, respectivamente, em diretrizes e referenciais dos cursos e das áreas.

Adicionalmente, a submissão dos estudantes dos cursos de Moda ao ENADE elaborado sob as diretrizes do Design vem causando um desestímulo aos candidatos, haja vista a falta de alinhamento dos componentes curriculares desses cursos às DCNDesign em vigor pela Resolução CNE/CES Nº5, de 8 de março de 2004. Os estudantes dos cursos de graduação da área de Design já participaram do Enade nos anos de 2006 e 2009, e aqueles que participaram como ingressantes, no ano de 2006, e como concluintes, no ano de 2009, não lograram o êxito esperado.

Nessa perspectiva, o estudo busca contribuir para as reflexões conceituais, metodológicas e normativas sobre atual



discussão do dissenso surgido, inicialmente, no âmbito dos cursos de Moda, se expandido no Colóquio de Moda na cidade de São Paulo/SP, entre os dias 12 e 16 de setembro de 2010, e se estendendo no 1º Seminário Cultural da Moda, entre os dias 26 e 29 de setembro na cidade de Salvador/Ba, em decorrência de dois fatores citados a seguir.

O primeiro consiste no descompasso entre o conteúdo do ENADE para área de Design baseado nos componentes curriculares do referido curso e, no conteúdo dos componentes curriculares dos projetos pedagógicos dos cursos de Moda, haja vista as peculiaridades de cada curso.

O segundo decorre da ampla discussão e divergência entre gestores educacionais, educadores, estudantes e egressos dos cursos de Moda em relação à mudança oficial, implementada pelo MEC, da nomenclatura para Design, haja vista que alguns defendem a permanência do nome Moda, enquanto outros preferem a mudança para Design de Moda.

O estudo se baseia na trajetória do curso de Estilismo e Moda da Universidade Federal do Ceará, atualmente denominado de Design, na construção do seu Projeto Político Pedagógico, bem como os RCN dos cursos de Bacharelados e Licenciatura e o ENADE.

O Design e a Moda: Conceitos Interdependentes

Nas últimas décadas o design tem se apresentado como importante elemento para a satisfação dos usuários dos objetos/produtos, e soluções de problemas estéticos físicos e ambientais. Porém, sua expressão se potencializa pela profusão de uso do termo no meio publicitário por parte das empresas que vinculam a imagem ao design como elemento de qualidade.

Mas, como se define Design?

Segundo Lobach (2001) há uma grande confusão quando se tenta explicar ou compreender o conceito design. Nas feiras



especializadas onde a concessão de prêmios a empresas pelo Design de seus produtos o termo ganha força nas mídias em geral (revistas, jornais, televisão internet) em face das mensagens transmitirem a ideia do conceito de forma superficial para atingir o público alvo, composto, na maioria, de leigos.

Nessa perspectiva, a percepção sobre design é apenas superficial, embora os leigos saibam do que se trata, apenas não conhecem a complexidade das suas interrelações.

Pela expansão do termo design e dos diferentes pontos de vista dos autores fica o leitor confrontado com múltiplos conceitos. Em geral, esta profusão ocasiona mais confusão do que clareza, pois os diferentes conceitos muitas vezes se contradizem (LÖBACH, 2001, p.11).

Porém, na visão de Löbach (2001) o conceito de design se constitui na materialização de uma idéia em forma de projetos ou modelos, mediante os processos de construção e configuração resultando em produto passível de produção em série.

O conceito subjetivo define que o design aborda a estética funcional dos objetos, a relação usuário/objeto/meio ambiente e outras relações com o mercado que os tornam diferenciados pela agregação de valor.

Castilho(2005) afirma que a diferenciação dos produtos e dos objetos contemporâneos exigem a busca do novo, pela resoluções e adequação de problemas que inserem na nova dinâmica ergonômica, de tempo e de espaço, nessa perspectiva o design surge como elemento essencial da moda, face à promoção de experiências com a forma, volume, textura, cor, materiais

Nessa perspectiva, faz-se o elo entre o Design e a Moda, haja vista que a roupa como produto de moda é resultado de um projeto precedido de aspectos intangíveis tais como: pesquisas de moda, necessidades sociais, estratégias culturais e de



mercado; identidade do produto, da marca e dos ambientes de divulgação das marcas. O projeto deve proporcionar soluções de problemas de composição de equilíbrio das cores, das formas, dos materiais em relação à anatomia do corpo, de maneira que a roupa integre-se a ele para a reorganização da aparência (CASTILHO, 2005).

Aliás, do ponto de vista semiótico a moda é um *mass media*, linguagem e comunicação. O traje é um instrumento de comunicação visual, de significação.

Final, o que é a moda? O que faz o campo da moda? São os eventos de moda, os desfiles, as vitrines, os editoriais das revistas e veículos especializados?

Os veículos midiáticos ou formadores de opiniões conceituam o fenômeno de moda por expressões que se tornaram jargão do senso comum, afirmando com segurança o entendimento do seu significado.

Durante muito tempo, as Ciências Sociais mantiveram uma corrente de sociólogos com uma postura profundamente enraizada sobre a moda sob conceito de frivolidade. Foram produzidos, entretanto, conhecimentos por sociólogos, psicólogos, antropólogos contrários ao conceito pejorativo constituído por essa corrente, obtendo sucesso na legitimação da moda como campo de saber.

Segundo Caldas (1999), as primeiras produções científicas com observações e ideias sobre moda foram dos sociólogos Herbert Spencer, Gabriel Tarde e Thorstein Veblen, no final do século XIX. Os estudos buscavam compreender as motivações e formas de propagação da moda, identificando dois movimentos considerados a base do funcionamento do sistema – a imitação e a diferenciação – termos antagônicos e complementares que definem os fenômenos de moda.

A definição de moda como resultado de tendências contraditórias que estabelecem para a personalidade, determinando equilíbrio entre o desejo de distinção e individualidade, e



o desejo de adaptação e conformismo, consagrou o sociólogo Georg Simmel como fundador da Sociologia da Moda e causou intensa influência nos pensadores pós-modernos (SIMMEL, 1905 *apud* CALDAS, 1999).

Posteriormente, nos anos 1930, outras ciências e abordagens fortaleceram o campo da moda. A Psicanálise observa a moda sob a perspectiva freudiana, na qual o vestuário da “última moda” passa a significar a extensão do corpo, um complemento da ausência de um atributo estético num jogo de sedução; a provocação do desejo e o fortalecimento do ego, confirmado somente pela admiração do olhar de outrem (FLÜEGEL1, 1930 *apud* BARTHES, 2005).

Embora os pesquisadores citados sejam considerados clássicos na contemporaneidade, naquele momento, suas obras não conseguiram repercussão suficiente para legitimar a moda como campo de estudo respeitado.

Entre os anos 1970 e 1980, em França, foram lançadas obras que legitimaram a moda como assunto acadêmico: O Sistema de Moda, de Roland Barthes, em 1967, e os estudos de Jean Baudrillard, Pierre Bourdier e Gilles Lipovetsky, que explicam a moda como fenômeno sociocultural e espetáculo midiático.

A obra de Barthes faz uma abordagem estrutural-semiótica dos fenômenos da moda dentro dos paradigmas da Teoria Geral da Comunicação e da Semiologia. Em analogia à dicotomia de Saussure entre *langue* e *parole*, fez a distinção entre o código de vestuário, o sistema de elementos e regras da moda, criando o sistema da moda, que estabelece um paradoxo básico entre a mensagem simples do vestuário e a do código retórico elaborado:

A moda é um sistema semântico cujo objetivo é abalar o significado daquilo que ela elabora. [...] Sem conteúdo, ela [...] faz o insignificante significar luxuriosamente.” (BARTHES, 1976b: p. 269, 288 *apud* NÖTH, 1996, p. 139).



Em estudo posterior, Barthes (2005, p. 298) acentua que “a moda escrita ou gráfica conduz o semiólogo a um estado lexical dos signos indumentários”, e define a moda como “um sistema secundário”:

[...] um sistema semiológico de segundo grau, passa a ser não só legítimo, como até necessário, separar significado do significante e devolver ao significado o peso mesmo de um objeto. [...] a moda impressa, semiologicamente falando, funciona como uma mitologia do vestuário: até porque o significado indumentário nela é objetivado, concretizado, é que a moda é mítica. [...] a primeira etapa de uma linguística indumentária (BARTHES, 2005, p. 299).

A obra de Barthes, contudo, causou-lhe uma série de críticas, que o tornou alvo de preconceitos na Academia pela escolha de um objeto considerado como a síntese do mais fútil, portanto, anticientífico (NÖTH, 1996).

Segundo Lipovetsky (1989), a moda se localiza na história ocidental somente a partir do final da Idade Média, quando foi reconhecida pela própria ordem, tornando-se um sistema inseparável do nascimento e do desenvolvimento do mundo moderno ocidental, em decorrência das transformações incessantes, dos movimentos e das extravagâncias que ela provoca.

A moda está ligada ao conceito de Modernidade

[...] mudança na aparência para que haja uma aparência de mudança [...] torna-se rapidamente amálgama e reciclagem. Em política, na técnica, na arte, na cultura, ela se define pela taxa de mudança tolerável pelo sistema, sem que seja realmente mudada. (BAUDRILLARD, 1984).

Se antes a moda era considerada uma carreira fútil perante os olhares críticos da Academia, hoje é tendência de mer-



cado; ultrapassa o *glamour* e segue a história social e política do mundo. As transformações culturais e de comportamento ditam a moda a cada década. A escola de moda deu base para as faculdades. Decorridos cerca de 20 anos, verificam-se mudanças relevantes entre o ensino de moda iniciado por volta de 1985 e a situação atual.

O Ensino Superior de Design e de Moda no Brasil

Há uma distância relevante entre o início do ensino de Design e o de Moda nas les brasileiras, face ao surgimento das escolas/cursos superiores de desenho industrial nos anos de 1950, e da Moda no final dos anos de 1980.

Araújo (2004) afirma que a instalação do Instituto de Arte Contemporânea do Museu de Arte de São Paulo (IAC/MASP), iniciou o ensino de desenho industrial, no ano de 1951, vinculando o design à ideia de construção do país, em face do momento pós-guerra.

O IAC seguiu o modelo do Institute of Design de Chicago, Estados Unidos, mas encerrou suas atividades no ano de 1953, em decorrência da falta de investimentos no setor produtivo que não gerava demanda para área de desenho de produtos dificultando a inserção dos profissionais. Nos anos de 1950 houve um forte desenvolvimento do setor gráfico no país.

O IAC teve importância na implantação dos conteúdos didáticos-pedagógicos para a introdução das disciplinas de desenho industrial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), em 1962, como também na fundação da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESDI/UFRJ).

Cardoso (2004) corrobora com afirmação sobre o ensino de Design no país. Segundo o pesquisador, o ano de 1963, foi o marco do início dos cursos de design no país. O curso de Desenho Industrial da Escola de Desenho Industrial da Universidade



Federal do Rio de Janeiro (Esdi/UFRJ) foi o primeiro da América Latina. E consolidou-se como modelo para a maioria das faculdades de design constituídas posteriormente.

Pires (2001) menciona que a Esdi teve como professor convidado, o criador de moda francês, Pierre Cardin, que contribuiu para o desenvolvimento de projetos acadêmicos abordando a área Têxtil e Vestuário, haja vista que o referido setor produtivo, sobretudo o têxtil, naquele momento, encontrava-se em ascensão e consolidava-se como a indústria de maior importância para o desenvolvimento socioeconômico do país. Assevera que a partir da criação da Esdi até 1988 não havia sido criado nenhum outro curso superior com o objetivo de formar profissionais de perfil competente para o desenvolvimento de produtos do Setor de Confecções.

O design foi vinculado, por muitos anos, à ideia de construção do país, face ao ideário desenvolvimentista promovido por Juscelino Kubitschek e aceito pela sociedade brasileira absorvida pelo espírito de modernidade e desenvolvimento industrial representado pela construção de Brasília.

Passados quarenta anos da história do ensino do Design no país, os gestores educacionais da área verificaram a necessidade de reformas pedagógicas dos cursos. Inicialmente, em 1997, formou-se a Comissão de Especialistas de Ensino de Design vinculada à Secretaria de Educação Superior do MEC (CEE-Design/Sesu/MEC).

A CEEDesign organizou eventos para mobilizar os atores responsáveis por traçar as diretrizes educacionais da área de Design. O processo de desenvolvimento das referidas diretrizes envolveu a realização do I, II e III Fórum de Dirigentes de Cursos de Desenho Industrial, os VII e VIII Encontro Nacional de Ensino Superior de Design, com a participação de representantes das IES, da Associação de Ensino de Design do Brasil (AenD-BR) além do Conselho Nacional dos Estudantes de Design (CONE Design), entre os anos de 1997 e 1998, nas cidades de Recife



(abril/1997), Curitiba (novembro/1997) e Rio de Janeiro (novembro/1998), organizados pela CEEDesign.

A cada evento, foram gerados elementos essenciais na construção de uma nova proposta pedagógica para formação do Designer. Durante o III Fórum de Dirigentes foram realizados os ajustes da proposta final do projeto das diretrizes educacionais da área de design, no qual foram definidos o Perfil, Competências e Habilidades do Profissional em Design, bem como as Diretrizes Educacionais para o Ensino de Graduação em Design e encaminhado ao setor competente para dar prosseguimento dos trâmites.

O conteúdo deste documento serviu de base para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais do Design, em vigor pela Resolução CNE/CES Nº5, de 8 de março de 2004, a qual orienta os projetos pedagógicos dos cursos da área de Design e Estilismo, como também o conteúdo das provas do Enade.

As mudanças ocorridas com os sistemas de avaliação da educação superior, desde o final dos anos de 1990, impactaram no desempenho dos cursos de graduação, haja vista os indicadores de desempenho. Uma das alterações diz respeito às DCN do Design, que tem por objeto a construção de um perfil profissional do *designer* com as respectivas competências e habilidades, mediante perspectivas e abordagens contemporâneas de formação, alinhada às referências nacionais e internacionais, isto posto para fundamentar a formação do profissional crítico-reflexivo, agente de mudança e transformador da realidade social.

Todavia as escolas/Cursos de Moda vem enfrentando o desafio em relação à avaliação das habilidades e competências, dos conteúdos exigidos nas provas do Enade, haja vista as especificidades e objetos dos cursos de Moda e de Design.

O lançamento dos cursos superiores de moda no Brasil foi um grande desafio, uma vez que o mercado era suprido por estilistas autodidatas, modistas e costureiras de peça completa.



Por um lado, havia a empolgação pelo *glamour* da profissão, e por outro a falta de credibilidade, o preconceito velado, por parte da família, em relação à escolha e ao futuro profissional do filho ou filha.

Porém, os cursos do campo da Moda avançaram na contramão da cultura brasileira na oferta de serviços à sociedade. É lugar comum partir da iniciativa do Estado a oferta de determinados serviços, e esses, ao se posicionar no mercado, passam a ser ofertados pela iniciativa privada. Com a oferta do curso de Moda, ocorreu o contrário, foi ofertado inicialmente pelo setor privado.

O rápido crescimento desse segmento de ensino evidencia a importância que a moda adquiriu como campo de saber no Brasil. Por outro lado, ressalta a baixa participação estatal nesse campo, uma vez que a maioria se constitui de instituições privadas. Os cursos são ofertados em quase todos os estados brasileiros, do norte ao sul, porém a maioria se concentra nas regiões Sul e Sudeste do País.

A educação superior de Moda consolidou-se no sistema educacional brasileiro haja vista o avanço do número de cursos nos últimos anos ofertados em duas modalidades: bacharelado e tecnológico. O curso de Estilismo e Moda da UFC é o único ofertado por Universidade Federal, cadastrado como Moda no MEC até início de 2010, e recentemente recebeu a nomenclatura de Design, em decorrência do processo de alinhamento implementado pelo MEC. Segundo dados do INEP (BRASIL, 2009), a área de Design e Estilismo abrange 325 cursos, dentre os quais, 106 são de Design e 22 de Moda.

Todavia, em relação às implementações de reformas educacionais para área de Moda, comparando o processo de reforma educacional no curso de Design e às exigências por mudanças do ensino de Moda, observa-se que os gestores dos cursos de Moda bem como a comunidade acadêmica da área não se articulam suficientemente em prol de uma reforma curricular para cons-



trução de Diretrizes Curriculares Nacional para a área, tendo em vista o alinhamento dos cursos orientados pela DCN design.

A comunidade acadêmica dos cursos Moda instituiu um evento anual para discussões e debates das questões da área, denominado Colóquio de Moda, o qual no ano de 2010 está na 6ª edição. Paralelamente a este evento ocorre o Fórum das Escolas de Moda que neste ano está na 5ª edição.

Um dos assuntos debatidos nos eventos deste ano foi a construção dos Projetos Pedagógicos e Parâmetros Curriculares no Ensino de Moda no País, cuja proposta resultou na elaboração de 25 diretrizes para o setor de Moda apresentadas no I Seminário Cultural de Moda, em Salvador, que reuniu 150 delegados representantes dos segmentos da cadeia produtiva da Moda: empresários, pesquisadores, gestores educacionais, organizações não governamentais, estilistas e Estado.

Segundo depoimento de uma das delegadas, representante da UFC e da Faculdade Católica do Ceará, professora Germana Fontenelle, as vinte e cinco diretrizes foram divididas em três eixos: institucional/associativo; criativo e empresarial. Como o Seminário foi uma iniciativa do Ministério da Cultura, e estratégia para a consolidação da cadeia produtiva da Moda, o documento elaborado será integrado ao Plano Nacional de Cultura. Porém os representantes acadêmicos encaminharão ao Ministério da Educação as diretrizes para a área de Moda.

Padronização dos Dados Educacionais – Impactos da Subita Mudança de Nomenclatura

O curso de Estilismo e Moda da UFC passou dezesseis anos conhecido pela comunidade universitária e pela sociedade brasileira, e ofertado aos candidatos do vestibular, por este nome fantasia. A instituição desconhece a informação oficial sobre as mudanças de denominação do curso, face ao cadastro nos sistemas do MEC sob o nome de Moda. Mas, qual a importância da



mudança de nome sem alteração nos conteúdos curriculares e seu alinhamento às diretrizes curriculares da nova área?

Esta questão não afeta somente o curso em foco, mas todos aqueles que não possuem nomenclatura consolidada, pois esses não sofreram alteração. Segundo (BRASIL, 2010), as discrepâncias nas estatísticas educacionais brasileiras conduziram à implantação de medidas para a padronização desses dados.

Os padrões são definidos pelos seguintes organismos internacionais: Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Brasil como membro do MERCOSUL e de forte relação com os demais organismos internacionais contribui para o levantamento estatístico dos dados educacionais para geração de indicadores internacionais de sistemas educacionais.

No intuito de gerar dados mais confiáveis para parâmetros internacionais, o Brasil adotou o modelo padrão utilizado por esses organismos para o alinhamento cursos das áreas que apresentaram discrepâncias.

Uma das assimetrias apresentadas, segundo (BRASIL, 2010), consiste no elevado de números de variações de denominações de cursos superiores, as quais nem sempre correspondem à formação específica.

Nessa perspectiva, foi construído os Referencias Curriculares Nacionais pela Secretaria da Educação Superior (SESu), baseada nas informações sistematizadas do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SiedSup), nas Diretrizes Curriculares vigentes e da legislação das profissões regulamentadas. A construção das RCN foi realizada com a participação de professores, coordenadores de cursos e especialistas das diversas áreas da educação superior durante o ano de 2009. Afirma-se que, os RCN foram submetidos consultas públicas por meio eletrônico no Portal do MEC. Ressalta que todas as les foram formalmente convidadas a participar da consulta, e o retorno



constituiu em cerca de seis mil contribuições aos RCN, vindos de les e da sociedade em geral para o aprimoramento do texto original e incluindo novas denominações (BRASIL, 2010).

Impactos esperados com a implantação das RCN e da convergência: possibilitar a percepção de identidades entre diversos cursos ofertados por diferentes les, em diferentes localidades; facilitar os processos de intercâmbio e mobilidade estudantil; agilizar o reconhecimento de estudos e a aceitação de créditos cursados em regime de intercâmbio, a exemplo do que ocorre nos países integrados no Espaço Europeu de Educação Superior. Outro impacto destacado será a significação dos resultados do ENADE em função da comparabilidade entre os cursos (BRASIL, 2010).

Considerações Finais

As novas configurações implantadas com a RCN dificultam as pretensões de mudanças estruturais voltadas à manutenção da antiga denominação dos cursos ou da criação de uma denominação inexistente na Tabela de Cursos de Graduação (Bacharelados e Licenciaturas. No entanto, é o caminho para o combate de prejuízos aos estudantes que pretendem dar prosseguimentos aos estudos no exterior, sobretudo nos países membros do Espaço de Educação Superior (BRASIL, 2010).

Os cursos de graduação em Moda que receberam a denominação de Design devem rever seus projetos pedagógicos e adequá-los às diretrizes curriculares do Design no sentido de alinhar seus conteúdos curriculares ao perfil profissional do Design, mas sem perder a identidade do curso, bem como a sua ênfase, haja vista o objetivo de sua implantação para a região e buscar estratégias para o fortalecimento da área na perspectiva de consolidação.

Dar continuidade e incentivar participação da comunidade acadêmica nos eventos acadêmicos da área de Moda citados como estratégia de mobilização da categoria. No caso do curso



de Estilismo e Moda/Design da UFC, observou-se ausência de nomes de representantes do curso em coordenação de atividades estratégicas nos três eventos realizados durante o mês de setembro, citados no início deste trabalho.

A exemplo do processo de construção das diretrizes curriculares nacionais do Curso de Design, orienta-se à comunidade acadêmica do curso de Estilismo e Moda/Design da UFC, pesquisar sobre a educação superior em Moda no âmbito internacional, verificar as normas internacionais sobre a oferta na modalidade de bacharelado curso Design de Moda. Aproveitar oportunidades dos eventos da área para mobilização da categoria para a construção de suas diretrizes e submetê-las ao setor competente do Ministério da educação.

Notas

¹ Psicanalista inglês Jonh-Karl Flüegel, autor das obras *The Psychology of Clothes*. Londres: Hogart, 1930, que apresenta reflexões sobre as relações entre a moda e outras manifestações estéticas, sobretudo o *design* de objetos, a arquitetura e as artes plásticas, elementos que fazem parte de um todo e expressam o “espírito do tempo”, e *Le Reveur Nu, de la Parure Vêtementaire*. Paris: Aubier, 1930.

Referências

ALMEIDA, Regina Célia Santos. *Evasão discente no curso de Estilismo e Moda da UFC*. 207f. Dissertação – Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão de Educação Superior, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

ANDRIOLA, Wagner B *Avaliação educacional: navegar é preciso*. Fortaleza: Ed. da Universidade Federal do Ceará, 2004.

ARAÚJO. Eduardo F. *Implementação e reforma do design no Brasil*. I seminário sobre o ensino do Design – Faculdade de Campinas – Galáxia, n 7, abril 2004 p 175 a 180. Disponível em



<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1375/857> Acesso em: 15 de março de 2010.

BARTHES, R. *Inéditos: imagem e moda*. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (Coleção Roland Barthes).

BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation*. Paris: Editions Denoël, 1984.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Educação superior brasileira, 1991-2004*. Brasília, 2006.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Resolução N° 5 CNE/CES de 8 de março de 2004* Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Design. Brasília, 2004.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Portaria Inep n° 128 de 24 de junho de 2009* Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Portaria Normativa n° 1 de 24 de janeiro de 2009* Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse estatística da educação superior*: Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>.

_____. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>.

CALDAS, Dario. *Observatório de sinais: teoria e pratica de pesquisa de tendência*. Rio de Janeiro. Senac, 2004.

_____. *Universo da moda: curso on line*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 1999



- CASTILHO, Kathia. MARTINS, Marcelo M. *Discursos da Moda: semiótica, design e corpo*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.
- CARDOSO, Rafael. *Uma introdução à história do design*. 2ed. São Paulo: Blucher, 2004
- DURAND, José Carlos. *Moda, luxo e economia*. São Paulo. Babel Cultural, 1997
- LÖBACH, B. *Design industrial – bases para configuração dos produtos industriais*. Tradução Freddy Van Camp. São Paulo: Blucher, 2001
- NÖTH, Winfried. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume, 1996. (Coleção E 5).
- PANIZZI, M. Wrana. A democratização do acesso à universidade pública. In PEIXOTO, de L. Maria do Carmo (Org.). *Universidade e democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p 61-67
- PIRES, D. B. A história dos cursos de design de moda no Brasil. *Revista Nexos*, São Paulo, v. 6, n. 9, 2002.
- PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/reuni> Acesso em: 08 dez. 2007.
- REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010. 99 p.



OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO: ESTUDO DE CASO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO NOVO ENEM NUMA ESCOLA PRIVADA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE FORTALEZA

Casemiro de Medeiros Campos
Meirecele Calíope Leitinho

Introdução

A implantação do Novo ENEM na avaliação do processo seletivo de ingresso dos concluintes no término da educação básica na UFC as escolas de ensino médio tiveram que promover a redefinição da sua organização pedagógica. O modelo de avaliação exigido pelo vestibular tradicional foi abolido. Nesta perspectiva, é que reside o interesse deste trabalho investigativo em verificar as mudanças que a escola tem produzido em vista a se adaptar a nova realidade provocada por estas mudanças. Ou seja, que mudanças a escola promoveu para acompanhar as alterações do processo seletivo, preparando os alunos para a entrada na universidade? Como a escola está seguindo diante das novas exigências do processo seletivo com o Novo ENEM? Houve alterações no currículo? Mudou a carga horária? Modificaram as disciplinas? Os conteúdos de estudo são os mesmos? As aulas sofreram mudanças? Enfim, quais são as mudanças? Frente às questões anteriormente levantadas, os objetivos desta pesquisa é identificar elementos que apontem a mudança e ou mesmo que indiquem o que fazer pedagógico (CAMPOS, 2007).

Estas questões permitem analisar o ENEM como um sistema de verificação de resultados tendo por finalidade a classificação e a seleção de concluintes do ensino médio para ingresso na educação superior. Isso possibilita avaliar o desempenho da aprendizagem dos alunos. Neste caso o ENEM, como exame, parte da definição de matrizes de competência e habilidades que são determinadas a luz dos conteúdos que são constituintes dos programas de estudos na educação básica.